

A construção de estereótipos na adjetivação de Dilma Rousseff em Veja on line

Gisella Meneguelli

Submetido em 09 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 15 de dezembro de 2016.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 52, dezembro de 2016. p. 285-308

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sexta-feira, 30 de dezembro de 2016

23:59:59

A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA ADJETIVAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA ON LINE*

THE CONSTRUCTION OF STEREOTYPES IN THE ADJECTIVATION OF DILMA ROUSSEFF IN *VEJA ONLINE*

Gisella Meneguelli¹

RESUMO: Com base na Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, analisamos a adjetivação como estratégia discursiva para a criação de uma imagem estereotipada para Dilma Rousseff pela revista *Veja* (online). Este artigo, que se situa no campo de investigação da linguagem no domínio discursivo jornalístico, analisa o uso do adjetivo em 15 artigos de opinião da revista *Veja*, no ano de 2014, em período anterior ao da eleição presidencial. O estudo dos adjetivos nesse corpus busca compreender como as escolhas lexicais, extraídas do sentido de língua e submetidas ao sentido de discurso, podem ser usadas pelos meios de comunicação na criação de imagens estereotipadas.

PALAVRAS-CHAVE: Semi linguística; adjetivos; imaginários sociodiscursivos; estereótipos.

ABSTRACT: Based on the theory semi linguistics of discourse analysis, we analyze the adjective as a discursive strategy for creating an image for Dilma Rousseff by *Veja* magazine (online). This article, which is in the language field of research in the journalistic discourse domain, analyzes the use of the adjective in 15 opinions pages of *Veja*, in 2014, in the period before the presidential election. The study of the adjectives that corpus seeks to understand how lexical choices, drawn from the sense of language and subject to the sense of discourse, can be used by the media in creating stereotyped images.

KEYWORDS: Semi linguistics; adjectives; sociodiscoursives imaginary; stereotype.

1. Introdução

¹Doutoranda do PPG Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, mestra em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora, gisella.meneguelli@gmail.com.

A relação entre comunicação e política se tece pelo discurso, por meio do qual ambas se constroem e se legitimam. Na última década, os políticos vêm usando na comunicação política (tanto eleitoral quanto pós-eleitoral) tecnologias digitais de informação e comunicação – as chamadas TICs. No Brasil, com a autorização expressa pela Lei Eleitoral, em 2010, para o uso da internet na realização de campanhas eleitorais, a “política virtual”, por assim dizer, tornou-se uma grande arena aglutinadora de vários interesses e representatividades. Outro ponto de relação entre mídia e política se dá na relação de políticos proprietários de meios de comunicação, comprometendo o direito democrático à informação plural.

A democracia foi conquistada muito recentemente pelo Brasil mas, ainda, vem sofrendo ameaças à sua estabilidade. Logo, o acesso à informação plural e acessível a vozes diversas é fundamental para o amadurecimento e a consolidação da democracia no país. Por isso, tanto a construção da imagem por parte do sujeito político quanto a construção de uma imagem complementar e até opositiva por parte da mídia, representada por diferentes segmentos, é fundamental para constituir um mosaico informacional para os cidadãos brasileiros.

2. A Teoria Semiollingística de Análise do Discurso

Nesta investigação, consideramos que o ato de linguagem é organizado por um sujeito dotado de intenções, situado em um contexto sócio-histórico definido. Isso nos leva a considerar, junto com Krieg-Planque (2011), que os fatos de discurso devem militar pelo reconhecimento de um real histórico e humano. Interessa-nos investigar, em práticas sociais no âmbito da enunciação digital, a(s) imagem(ns) que *Veja* cria para Dilma Rousseff com o uso de sintagmas nominais adjetivados (SAdj).

O sujeito comunicante (EUC), que fala representando os interesses de *Veja*, precisa organizar conhecimentos lingüísticos e saberes sociais, ou seja, toda a sua competência lingüística e comunicativa, ponderando o que lhe é permitido enunciar na situação comunicativa que engendra. Para chegar ao fim desse desafio de forma satisfatória ao que planejou, na figura de um enunciador (EUe), o sujeito lança mão de *contratos e estratégias* (CHARAUDEAU, 2012, p. 56).

O conceito de *contrato* pressupõe a participação de indivíduos que fazem parte de um mesmo conjunto de práticas sociais, além de estarem envolvidos em uma mesma situação de comunicação. “É apenas sobre este terreno preciso que a troca lingüística se torna possível; um terreno de acordo ocasional” (BAKHTIN, 1981, p. 50).

Charaudeau (2012), acerca da noção de *contrato*, diz que o papel do sujeito comunicante (EUC) nesse acordo é, primeiramente, considerar que o sujeito destinatário (TUD) do seu ato de linguagem partilha consigo saberes mínimos, quer dizer, que TUD deve reconhecer o ato de linguagem e a intencionalidade que dele emana para poder corresponder ao projeto de intenções de EUC.

Já a ideia de *estratégia* está relacionada à organização das intenções de EUC para produzir efeitos sobre o sujeito a quem se destina o seu ato de linguagem. Para tal,

recorre a procedimentos organizacionais para regulá-lo. Um deles é fabricar para si mesmo uma imagem de enunciador (EUE) que seja digna de confiança para TUD, estratégia denominada pelos estudos retóricos de *ethos*.

Para compreender como valores e saberes são criados e postos em circulação na esfera social em que *Veja* atua, é preciso entender o funcionamento das representações sociais no discurso, o que será visto na seção 2.2.

2.1. *Sentido de língua e sentido de discurso*

A finalidade do ato de linguagem, na teoria semiolinguística, não está apenas em sua configuração verbal; ela deve ser buscada no jogo que o sujeito enunciador estabelece com o seu parceiro de linguagem e com o objeto de seu enunciado. Tratando-se de um jogo, os lances de sentido podem ser muitos, configurando-se como um jogo de relações aberto e variável no qual o texto, como um conjunto de signos, atua no discurso com um sentido potencial, ou, como diz Charaudeau (1999, p. 31), os signos atuam no discurso com uma “proposição de sentido”.

A respeito do jogo da linguagem, Charaudeau (2012) propõe que o ato de linguagem tem dupla face: uma *explícita* e outra *implícita*. A face explícita diz respeito à *simbolização referencial*, que se origina de operações de oposição (paradigmas) e de combinação (sintagmas) entre os signos. A partir dessas duas operações, surge aquilo que é manifestado no ato de linguagem, ou seja, o explícito. Já a face implícita requer dos sujeitos participantes do ato de linguagem conhecimento das circunstâncias discursivas que o envolvem.

Da relação entre a face explícita e a face implícita, pode-se dizer que é realizada a totalidade discursiva do ato de linguagem, isto é, institui-se a *significação* desse ato. Charaudeau (2012) usa o termo *significação* considerando que o sentido de um enunciado surge da situação em que ele é empregado, abarcando, portanto, as dimensões explícita e implícita – não estando, portanto, o sentido já significado e, previamente, já dado pelo signo. O que Charaudeau (2012) chama de atividade serial do ato de linguagem une uma multiplicidade de relações sentido-forma que atua impedindo uma correspondência fixa entre a forma e o sentido. Por isso, o pesquisador prefere usar a noção *marca linguística*, no intuito de destacá-la como uma parte da matéria significante que funciona, de forma provisória, “ajustando” o sentido.

A instabilidade é uma marca linguística do referente sógnico porque ele não é pré-existente, mas elaborado no curso da atividade discursiva e reeditado nas circunstâncias do discurso que o evoca. Mondada e Dubois (2014, p. 19) sublinham a consideração da instabilidade constitutiva das categorias cognitivas e linguísticas no lugar da pressuposição da estabilidade “*a priori* das entidades no mundo e na língua”. Quando o processo atinge a sua estabilidade, cria efeitos de objetividade e de realidade, mesmo que a atribuição de significâncias ao objeto passe pelos filtros das representações dos sujeitos. É nesse sentido que os estudos sobre referenciação destacam que uma pessoa, por exemplo, pode ser identificada de diferentes maneiras, de acordo com o ponto de vista ideológico do categorizador. Há procedimentos linguísticos que ressaltam certos

aspectos de uma cena atraindo a atenção do leitor ou interlocutor para um ponto particular.

O ato de linguagem compreende uma problemática sobre o signo, pois é simbolizado referencialmente pela dimensão explícita e é significado na relação desta com a dimensão implícita. Isso quer dizer que o signo tem sua significação completada no discurso, por meio do qual adquire uma certa estabilidade. É no ato de linguagem que o signo significa e torna-se vivo. Charaudeau (2012) desenvolve essa questão ao explicar que as “constantes de sentido” se devem aos usos do signo em contextos semelhantes e em contextos diferentes, provocando a sedimentação do sentido.

Bakhtin (1981) também tem essa mesma percepção ao dizer que qualquer modificação provocada pela organização social ou pelas condições em que a interação se realiza ocasiona uma alteração no signo, que é o resultado de um consenso entre sujeitos socialmente organizados em um processo interacional. Isso mostra que o ato de linguagem é o resultado de uma articulação *estrutural* (responsável pela simbolização referencial) e *serial* (responsável pela significação). Já Ricouer (1990) entende a significação como a permanência do evento discursivo, isto é, todo discurso é efetuado como evento e compreendido como significação. Não interessaria para o filósofo analisar o evento em si, porque ele é escapatório, sendo o perene dele a sua significação.

A problemática sobre o sentido é discutida, aqui, considerando a distinção proposta por Charaudeau (1995, 1999, 2012) entre sentido de língua e sentido de discurso. Devemos entender, primeiramente, que, em uma situação comunicativa, os sujeitos nela envolvidos não se atêm estritamente ao sentido das palavras, mas sim à significação social em que são usadas, isto é, com o exterior que, de certa forma, as configura. Em segundo lugar, é a competência comunicativa dos sujeitos de linguagem que distingue o sentido de língua do sentido de discurso. Dos dois lados do processo enunciativo, deve haver um sujeito competente para compreender um projeto de linguagem que ultrapassa o mero conhecimento das regras combinatórias entre as palavras e as frases. Os sujeitos implicados no ato de linguagem estão em uma relação subjetiva e intersubjetiva atravessada pela marca de intencionalidade. Contrariamente ao sentido linguístico, pelo qual o sujeito usaria a linguagem como referente do mundo, o sentido de discurso instaura uma opacidade entre a linguagem e o mundo, pois o signo não tem um valor autônomo e absoluto. O signo tem potencialidades significativas porque o sentido discursivo está ancorado no próprio processo enunciativo e nos sujeitos que se (re)definem nas relações que o processo estabelece.

Em suma, o sujeito que enuncia deve ativar seu conhecimento linguístico para construir um significado literal ou explícito, pelo lado do sentido de língua, observando as relações coesivas tecidas no texto. Como isso não é suficiente para estabelecer um acordo comunicativo com outrem, é preciso, ainda, que o sujeito chegue ao sentido do discurso, acionando para isso, conforme Monnerat (2005, p. 102), “fatores e mecanismos de ordem situacional, discursiva e interacional”.

A problemática do sentido é colocada por Charaudeau (1995) como um questionamento sobre se o sentido está no texto ou fora dele, ou seja, se ele está determinado pelas condições de produção do discurso. Esse caráter ambivalente do texto apontaria, por um lado, para a sua interioridade, e o texto, considerado fora de

suas circunstâncias de produção seria, em efeito, portador de um sentido; e, por outro lado, voltado para a exterioridade, o texto seria aberto, plural e portador de várias vozes.

Do centro dessa discussão, Charaudeau (1995, p. 10) diz que o texto é a resultante de diversos componentes de um processo chamado *processo de comunicação*, que consiste em uma transação de sentido entre dois participantes ligados, em parte, por uma mesma finalidade acional. Esse sentido é o resultado de uma coconstrução, e ele se realiza plenamente quando o processo é finalizado.

Devido, então, ao caráter aberto do signo, são as *circunstâncias do discurso* que atribuem a ele significação. As circunstâncias do discurso são os supostos saberes compartilhados entre os *protagonistas* do ato de linguagem. Esses saberes dizem respeito a práticas sociais partilhadas, a conhecimentos linguísticos e a filtros que esses protagonistas usam para construir o sentido do ato de linguagem.

Posta essa reflexão, definimos a significação, conforme o faz Charaudeau (2012, p. 35), como “uma manifestação linguageira que combina signos em função de uma intertextualidade particular e que depende de *Circunstâncias de discurso* particulares”.

2.2 Os imaginários sociodiscursivos no contrato de comunicação de Veja

A nossa compreensão do mundo procede à percepção e ao reconhecimento que temos dele. Até chegarmos ao entendimento da realidade que nos cerca, ou seja, a significá-la, temos uma percepção direta dos acontecimentos sem que, muitas vezes, eles sejam dotados de significados para nós. Quando Rancière (2012) fala de um “visível que não é imagem”, entendemos que faz referência àquilo que enxergamos mas não vemos, isto é, muitas vezes a realidade está “dada” a ponto de ser naturalizada.

As representações sociais devem ser analisadas tendo em vista o momento histórico em que estão presentes em uma dada sociedade. A mentalidade de uma época se distingue em um tipo de sociedade e nas práticas que lhe são próprias. Por isso, os indivíduos são moldados, de acordo com a opinião de Moscovici (2001), pela sociedade na qual nascem e sofrem a pressão das representações dominantes que nela circulam e que, também, serão expressas por eles.

Sobre a característica dinâmica das representações sociais, Jodelet (2001) concorda com Moscovici acerca dos conceitos partilhados pelos membros de um grupo são transformados em senso comum para que tenham uma visão consensual da realidade. Contudo, essa visão pode entrar em conflito com a visão de outros grupos, colocando em contato diferentes representações, o que promoveria a sua renovação ou, também, a sua dominância.

Tanto Jodelet (2001) quanto Moscovici (2001, 2012) tratam as representações sociais não como um conceito, mas como um fenômeno. Acreditamos que essa preferência se deva ao caráter dinâmico das representações, que não pode ser apreendido por um conceito, cujo significado se refere a algo já acabado e, portanto,

estático. O fenômeno das representações é sempre ativado na ação social como uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto.

A respeito das representações sociais, interessa-nos como as mídias digitais transformam os modos de pensar e criam conteúdos novos. A partir do século XX, sobretudo, a partir de sua segunda metade, com a maior difusão dos meios de comunicação audiovisuais, as mídias passaram a ter um papel preponderante na criação e na circulação de representações sociais. Como bem identificado por Moscovici (2001), existem diversos profissionais que se encarregam dessa função, tais como: jornalistas, ilustradores, artistas, cientistas, professores, especialistas, marqueteiros políticos. As representações sociais são trazidas pelos discursos dessas pessoas e veiculadas em imagens midiáticas que se cristalizam, muitas vezes, em condutas (JODELET, 2001).

As representações sociais atribuem significados a um mundo real por meio de imagens da realidade, os *imaginários*. Transpondo esse processo social para o processo discursivo, Charaudeau (2007, 2013) propõe, para entender a noção de imaginário no quadro teórico da análise do discurso, o conceito *imaginários sociodiscursivos*. Estes circulam em um espaço de interdiscursividade e testemunham as identidades coletivas e a forma como os indivíduos compreendem os acontecimentos de que tomam conhecimento e sobre os quais fazem julgamentos.

Os imaginários são veiculados pelo discurso. Eles constroem sistemas de pensamentos coerentes com os tipos de saberes investidos por grupos sociais, que os organizam em sistemas de pensamentos alinhados aos seus valores. É desse modo que os imaginários se depositam na memória coletiva. Mas não só, pois os imaginários sociodiscursivos também carregam estereótipos sociais e languageiros.

A noção de estereótipo desenvolveu-se junto com os meios de comunicação de massa no século XX, acompanhando, simultaneamente, o crescimento das sociedades democráticas modernas. Em um primeiro momento, o conceito pode ativar um imaginário negativo, no qual entra em jogo o preconceito. Mais a fundo, o estereótipo pode-se referir a uma entidade positiva relacionada à construção da identidade e da cognição social (AMOSSY, 2004). É em sua dimensão social que o estereótipo é entendido como um esquema coletivo que circula em “frases feitas”.

Em seu importante estudo sobre a noção de estereótipo, Amossy (2004) vai à origem do conceito, que remonta à imprensa. Originariamente, o estereótipo era um impresso com pranchas cujos caracteres não eram móveis e que se conservavam para novas tiragens. No século XX, o sentido de esquema ou de fórmula cristalizada se converte em um centro de interesse para as ciências sociais, sobretudo para os estudos da opinião pública, que se questionavam sobre como as imagens de nossa mente mediatizam nossa relação com o real. Trata-se de representações cristalizadas, esquemas culturais pré-existentes por meio dos quais cada um (e seu grupo) filtra a realidade ao seu redor. Essas imagens, segundo tal estudo, são indispensáveis para a vida em sociedade, pois elas expressam um imaginário social.

O estereótipo passa a designar o processo cognitivo de categorização e de generalização que recorta e simplifica o real, devido a uma necessidade que temos de relacionar o que vemos a modelos pré-existentes para podermos compreender o mundo

e regular nossas condutas. Modernamente, a noção de estereótipo, em seu uso corrente, passou a ser relacionada a uma imagem coletiva cristalizada pejorativamente.

Considerando o domínio jornalístico, nos artigos de opinião de *Veja*, os imaginários sociodiscursivos e os estereótipos são utilizados com fins de persuasão, em um nível micro, fazendo os leitores aderirem aos posicionamentos da revista e/ou confirmá-los; e, em um nível macro, a maior adesão de leitores leva a maior publicidade e lucratividade para o meio de comunicação. O dispositivo do contrato midiático pende nessa balança entre o jogo da credibilidade (o *dever* informar) e o jogo da captação (o *poder* seduzir).

Essa questão não se dá sem problemas, uma vez que o objetivo do lucro deve atender à exigência democrática do direito à informação, que deve(ria) se basear na convivência entre divergências de opinião, destinando-se as mídias a grupos heterogêneos e a leitores idealizados, em certo sentido. Portanto, a instância midiática deve compartilhar representações sociais comuns ao seu grupo de leitores, ao mesmo tempo em que deve atuar levando em conta a necessidade de captar outros possíveis leitores, já que os meios de comunicação são conglomerados empresariais que dão vozes a grupos de interesses econômicos, sociais e políticos.

3. O artigo de opinião como gênero digital

No domínio jornalístico, como vimos, o sujeito não é totalmente livre para falar sobre um assunto, pois encontra restrições que regulam o tema da sua fala, a forma como deve abordá-lo e como deve proceder para problematizá-lo. O sujeito comunicante deve, portanto, lançar mão de estratégias para realizar o seu projeto de intenções.

As estratégias se constroem em um texto mais ou menos regulado em gêneros textuais com visadas relacionadas com a intenção e a finalidade da situação comunicativa. A situação de comunicação midiática, por exemplo, pode atribuir várias visadas: de *incitação* (com títulos dramatizantes), de *demonstração* (quando dá a palavra a *experts*), as quais estão dominadas por uma outra visada: a de *informação*, para responder à exigência democrática de que a opinião pública deve ser esclarecida sobre os acontecimentos que ocorrem no espaço público (CHARAUDEAU, 2004).

O *corpus* aqui analisado é constituído de 15 artigos de opinião elaborados para serem veiculados na versão *online* da revista *Veja*. A grande vantagem do meio digital é ser capaz de reunir várias formas de linguagem (verbal, visual, sonora), o que acaba interferindo na produção de sentidos da materialidade estritamente linguística. Como assevera Marcuschi (2010, p. 16), “o ‘discurso eletrônico’ constitui um bom momento para se analisar o efeito de novas tecnologias na linguagem e o papel da linguagem nessas tecnologias”.

Propomos, na Figura 1, articular o texto verbal e o texto visual de acordo com as visadas discursivas projetadas nas intenções comunicativas de *Veja*.

Fonte: CHARAUDEAU, 2004, pp.16-17

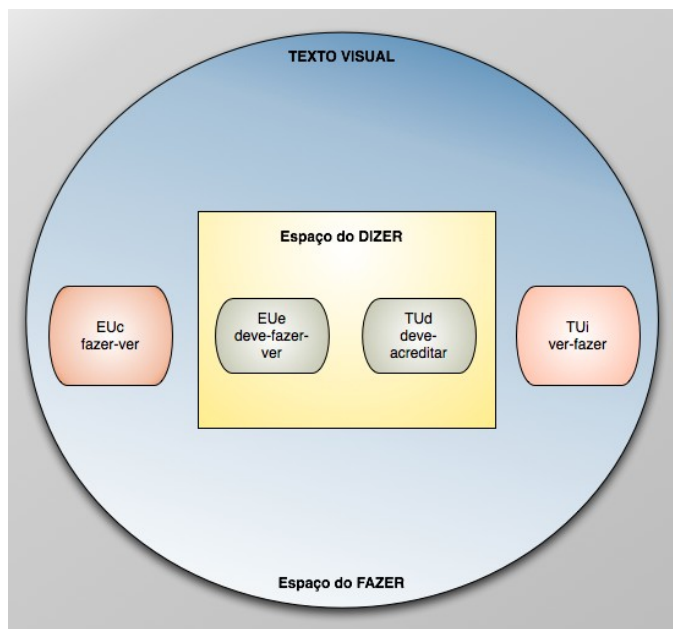


Figura 1 – Intencionalidade informativa do texto visual

Na interação comunicativa visual, existe um *fazer-ver* do autor da fotografia (EUc) e da própria arquitetura do texto verbal direcionado a um *ver-fazer* do leitor do texto, que é o público do veículo de comunicação em que a fotografia/ texto são publicados.

Pretendemos chamar a atenção sobre o universo dos gêneros jornalísticos ser construído por uma série de estratégias que é parte do discurso das mídias. O que as mídias apresentam como fato não é um reflexo do que acontece no espaço público, mas o resultado de uma construção na qual são depositadas suas crenças e seus interesses e, também, a de seus mantenedores. As mídias representam conglomerados empresariais e políticos e precisam lidar com difusos interesses, além de satisfazer o principal, com base no contrato de comunicação jornalístico: o de informar. Isso nos faz questionar sobre qual é o papel social das mídias, levando-se em conta as restrições da situação de comunicação midiática e a sua finalidade.

A visada que orienta os gêneros jornalísticos é a de *fazer saber*, que implica, necessariamente, um *explicar*. De acordo com essa mecânica argumentativa, ao jornalista cabe exercer esse duplo papel para desvendar as intenções dos atores dos acontecimentos. No domínio político, o exercício do poder se constrói na dissimulação, logo o jornalista teria a função de descobrir e elucidar o que se esconde por detrás da dissimulação dos atos e das ações dos políticos, usando como apoio entrevistas,

pesquisas em arquivos, observação e análise de comportamentos passados etc. – instrumentos que, obtidos bons resultados, aumentam a credibilidade do jornalista-comentador e do veículo de comunicação para o qual trabalha.

De posse de um instrumental que lhe permita construir o espaço social, um problema coloca-se para o jornalista: o posicionamento que deve adotar para comentar os fatos. Como não há neutralidade, o jornalista deveria tomar uma posição distanciada para poder analisar melhor os acontecimentos, submetendo-se à restrição de credibilidade que o contrato lhe atribui. Segundo Charaudeau (2012), o discurso do comentário jornalístico deveria ser marcado por uma *argumentação de ponderação*, pelo qual o jornalista dosaria de forma equilibrada o julgamento pró e o julgamento contra, visto que o comentário midiático deve ajudar na constituição da opinião pública, isto é, informar para auxiliar o cidadão a construir a sua própria visão dos acontecimentos ocorridos.

Nesse sentido, conforme atesta Miralles (2011), o papel dos meios de comunicação nas sociedades democráticas para a construção da opinião pública deve ser concebido a partir de uma concepção pluralista que seja apta para o debate público. Isso só pode ocorrer oferecendo aos cidadãos “diferentes olhares sobre os temas de interesse coletivo” (MIRALLES, 2011, p. 11), e não os lançando ao “caos político” - fórmula discursiva impressa em vários jornais e revistas no Brasil devido ao viés dado às investigações da operação Lava Jato e ao tratamento dado pela mídia sobre a relação de Lula e Dilma com a operação, provocando mais polêmica do que esclarecimento.

Outro ponto realçado por Miralles (2011) é que a propalada liberdade de expressão defendida pelos meios de comunicação nasce de um contexto liberal para criticar o poder político nas democracias ocidentais. Entretanto, por trás desse discurso da “liberdade de imprensa”, escondem-se contradições produzidas no desenvolvimento dos próprios meios de comunicação no decorrer do século XX, os quais se converteram em verdadeiras indústrias, fazendo o poder empresarial subverter a função primordial do jornalismo, que é informar.

É em um contexto de exercício da cidadania que Miralles (2011) inverte a pergunta consensual “quem defende os meios do poder político da censura” para “quem defende os cidadãos do poder dos meios”. Essa pergunta tornou-se fundamental no contexto brasileiro, em 2016, quando foi praticado o golpe político-midiático contra a democracia brasileira. Se não fossem as mídias alternativas, apenas uma história teria sido contada para a população, embora uma parte considerável dela não tenha tido acesso a outras narrativas. Isso nos faz recordar que a imprensa, em qualquer de seus suportes, é um serviço público, isto é, de interesse público. Se o público é composto pela marca da heterogeneidade, é preciso mostrar os novos atores e as novas identidades de uma sociedade que mudou e apresenta novas demandas.

Como o componente visual que será analisado neste trabalho é produzido para o ambiente hipermídia jornalístico, temos que realizar um percurso que contemple especificamente a visualidade produzida para esse tipo de ambiente.

4. O adjetivo como veiculador de estereótipos

A classe dos adjetivos mostrou-se altamente produtiva nos artigos de opinião publicados em *Veja* porque é empregada, intencionalmente, com o objetivo de criar uma caracterização estereotipada para Dilma Rousseff, a quem são associados valores negativos. As escolhas lexicais, por serem intencionais, são estratégias discursivas que revelam os valores que a revista quer passar para os seus leitores, ao mesmo tempo em que condena os valores que ela própria, na sua função de veículo informativo, “desvenda” dos discursos de Dilma e do PT.

A pesquisa de Callou e Serra (2003) é interessante para nós porque analisa o uso dos adjetivos em textos jornalísticos, mesmo sendo dos séculos XIX e XX. De acordo com as pesquisadoras, há incidências diferentes de posição do adjetivo conforme o gênero jornalístico. As notícias de jornal, por terem uma visada predominantemente informativa, primam pelo traço de objetividade, ocorrendo um uso maior de adjetivos em posposição, em função descritiva. Vários fatores intervêm na posição dos adjetivos: morfossintáticos e sintáticos, semânticos e pragmáticos, estilísticos e rítmicos. O resultado dos estudos desenvolvidos pelas pesquisadoras mostra que há uma motivação muito mais semântico-discursiva que sintática para a posição que os adjetivos ocupam no sintagma nominal (SN), e que a posição do adjetivo à esquerda do núcleo do SN tem se tornado cada vez mais frequente no decorrer dos dois séculos.

Callou et al (2003) dizem, ainda, que a distribuição dos adjetivos avaliativos e dos adjetivos descritivos se relaciona com o tipo de texto em que ocorrem. Segundo elas, o fator mais significativo para determinar a anteposição/posposição do adjetivo é a sua natureza. A posposição do adjetivo, por exemplo, está associada ao traço de objetividade, enquanto a anteposição do adjetivo está associada a uma atribuição de caráter subjetivo. Tais resultados indicam a inter-relação entre a posição do adjetivo e a sua natureza semântica, pois seriam eles classificados como descritivos, quando caracterizam objetivamente o núcleo do SN, ou como avaliativos, quando apresentam uma característica do nome que pode ser contestada devido ao seu caráter subjetivo, ou seja, por revelar um juízo de valor.

Serra (2005), em outro estudo sobre o percurso histórico dos adjetivos em português, diz que a escolha da ordem entre adjetivos e substantivos se dá, primeiramente, pelo caráter discursivo do adjetivo, seja ele descritivo, seja ele avaliativo. Em um texto mais opinativo, por exemplo, em que há muitos comentários do sujeito comunicante, constata-se uma maior ocorrência de adjetivos antepostos, uma vez que ele estaria mais envolvido com o texto, decorrente do seu posicionamento ideológico. Logo, os propósitos comunicativos determinam a escolha do adjetivo em posição pré ou pós-nuclear, embora haja uma tendência contemporânea de uso à posposição.

Um dos resultados apresentados por Serra (2005) em sua pesquisa é que, no decorrer dos séculos XVII e XX, a anteposição esteve sempre relacionada aos adjetivos avaliativos.

Silva (2006), ao estudar a ordem dos adjetivos no discurso midiático nos séculos

XIX e XX, afirma que neste século a temática passou a ser mais coletiva, abrangendo questões políticas, sociais e econômicas. A mudança temática fez circular na imprensa brasileira o gênero editorial, e nele mais abundância de adjetivos objetivos/descritivos e pospostos ao núcleo.

A pesquisa de Silva (2006) revela que o sujeito enunciador dos editoriais usa como estratégia discursiva adjetivos, em geral, com carga semântica subjetiva, ou seja, adjetivos avaliativos, que ocupam posição anteposta ao núcleo do SN. A investigadora ressalta que há uma preferência do enunciador pelo caráter abstrato dos substantivos, o que contribui para a anteposição do adjetivo. Tanto os substantivos com o traço [+abstrato] como os adjetivos avaliativos revelariam as marcas discursivas do sujeito no enunciado.

Em seu estudo sobre a subjetividade na linguagem, Kerbrat-Orecchioni (1986) analisa os lugares em que ela se inscreve, sendo um deles a classe dos adjetivos. É sabido que toda unidade léxica é, de certo modo, subjetiva pela natureza simbólica da língua. Numa perspectiva discursiva, interessa-nos o uso individual do código linguístico, isto é, como um sujeito de enunciação usa a língua em conformidade com o seu projeto de intenções, a partir do qual precisa fazer escolhas que verbalizam o referente que enuncia pela seleção de unidades que toma de seu repertório linguístico.

Kerbrat-Orecchioni (1986) propõe que na língua há *subjetivemas*, categorias carregadas de subjetividade. A saber, eles têm os traços [afetivo], [axiológico] e [modalizador] e estão em um *continnum* de subjetividade. Para estudar a subjetividade inscrita nos adjetivos, convém distinguir as categorias dos adjetivos subjetivos. São elas: a) **objetivos**; b) **subjetivos**: b.1) afetivos; e b2) avaliativos: não axiológicos e axiológicos. Para o nosso propósito, deter-nos-emos, apenas, ao item “b”, porque os adjetivos que fazem parte desse grupo estão no “marco de uma problemática da enunciação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 111). Na explicação da estudiosa:

El uso de un adjetivo evaluativo es relativo a la idea que el hablante se hace de la norma de evaluación para una categoría dada de objetos. Vale decir que una frase como “esta casa es grande” debe parafrasearse como “esta casa es más grande que la norma de tamaño para una casa según la idea que tengo de ella (fundada a su vez sobre mi experiencia persona de distintas casas)”. (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 113).

Se, por um lado, o estereótipo designa um processo cognitivo de categorização e de generalização que recorta e simplifica o real e, por outro, é associado a uma imagem coletiva que pode ser pejorativa, que implicações a reiteração de um adjetivo nos artigos de opinião de *Veja* têm para os seus leitores? Apresentamos, a seguir, trechos de alguns dos artigos de *Veja* analisados, agrupando-os em duas imagens criadas para Dilma: 1 – Dilma é antidemocrática; 2 – Dilma é incapaz de pensar e, portanto, de se expressar linguisticamente.

1. Dilma é antidemocrática:

Fonte: *VEJA*, 2014

O discurso de Dilma sobre o 31 de Março tem de tudo: até coisas certas! Ou: Erros, omissões, mistificações. Ou ainda: A etimologia atrapalhada da companheira

Por: Reinaldo Azevedo 31/03/2014 às 18:28



Dilma, como não poderia deixar de ser, discursou sobre o 31 de Março de 1964. O filme segue abaixo.



Transcrevo, em vermelho, trechos de sua fala e os comento em azul. Há um pouco de tudo em sua fala,



ATÉ COISAS CERTAS. Mas a regra é a mistificação.



Nós aprendemos o valor da liberdade, o valor de um Legislativo e de um Judiciário independentes e ativos. Aprendemos o valor da liberdade de imprensa, o valor de eleger pelo voto direto e secreto de todos os brasileiros governadores, prefeitos, de eleger, por exemplo, um ex-exilado, um líder sindical, que teria sido preso, que foi preso várias vezes, e uma mulher também que foi prisioneira. Aprendemos o valor de ir às ruas e nós mostramos um diferencial quando as pessoas foram às ruas demandar mais democracia. Aqui no Brasil, não houve um processo de abafamento desse fato. O valor, portanto, de ir às ruas, o valor de ter direitos e de exigir mais direitos.

É claro que eu poderia deixar passar o que vai acima sem fazer alguns senões, mas aí eu não seria eu, né? Como sou quem sou e como se trata de um discurso sobre a verdade, então vamos lá.

“Nós” quem, cara-pálida? O PT e o governo Dilma não aprenderam ainda o valor da liberdade de imprensa. O partido tentou e tenta cerceá-la de múltiplas formas. O Planalto sustenta — e Lula fez o mesmo — a rede suja na Internet, por meio de anúncios da administração direta e das estatais, para difamar as oposições, o jornalismo independente e todos aqueles que o governo considera inimigos.

Quanto às ruas, cumpre notar que o Brasil é hoje o principal fiador do regime venezuelano — e de outros governos autoritários da América Latina. Há quase 200 pessoas presas na Venezuela. Trinta e sete já foram assassinadas desde 12 de fevereiro. A oposição não tem acesso aos meios de comunicação de massa — monopólio do governo —, e milícias armadas caçam opositores a tiros nas ruas. Dilma trouxe esse governo para o Mercosul.

“O que isso tem a ver com a gente?”, indagará alguém. Tudo! Se o PT apoia de forma tão determinada esse governo, não faz isso aqui porque não dá, não porque não queira. E não dá porque seus adversários não permitem. Conclusão: o PT se mantém no campo democrático (quase sempre) porque seus adversários o forçam a tanto; não por convicção.

Muito bem! Se nós formos “verificar” o que aconteceu, teremos de entrar, por exemplo, no credo da VAR-Palmares, um dos três grupos terroristas a que Dilma pertenceu. Eu quero que ela me apresente o credo democrático desses agrupamentos. EU QUERO VERIFICAR. Igualmente verificáveis devem ser os pressupostos libertários de outros tantos que, em tese, ajudaram a construir a democracia.

Se é de “veritas” que estamos falando, se é do “verus” que estamos falando, se estamos no terreno do “verificável”, pergunto à professora Dilma se os mais de 120 que foram mortos pelos terroristas integram a sua lista de mártires. Integram? Onde eles estão? Quem se importa com eles?

Um processo que foi construído passo a passo durante cada um dos governos eleitos depois da ditadura. Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais. Muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Como eu disse, na instalação da Comissão da Verdade, assim como eu respeito e reverencio os que lutaram pela democracia, enfrentando a truculência ilegal do Estado e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e essas lutadoras, também reconheço e valorizo os pactos políticos que nos levaram a redemocratização.

Isso quer dizer que Dilma defende a Lei da Anistia ou não? Escrevi hoje de manhã a respeito. Se é de “verdade” que estamos falando, então que fique claro: a democracia é filha da resistência pacífica e daqueles que conservaram os valores da democracia, não da luta armada nem dos ataques terroristas.

Figura 2 – Discurso sobre o dia 31 de março

A ideia de *estratégia* está relacionada à organização das intenções do colunista de *Veja* (EUC) no espaço de exigência do contrato jornalístico em estratégias discursivas para conseguir que seu projeto de influência seja satisfeito. Uma delas é fabricar para si mesmo (*ethos*) uma imagem de enunciador (EUE) que seja digna de confiança para TUD (os leitores de *Veja*), a fim de garantir a sua *legitimação* no espaço público.

EUE inicia sua estratégia de colocar-se como o revelador de verdades ao dar provas, com a disponibilização de um vídeo, de que Dilma Rousseff é uma inábil oradora porque faz péssimo uso da língua (SAdj “etimologia *atrapalhada*”), agregando ao texto uma visada de demonstração. Para manter a sua credibilidade, EUE apresenta dados comprobatórios do que diz construindo um *ethos* credível de informador configurado à demanda do contrato de comunicação jornalístico.

Charaudeau (2008a) diz que a prova é a atividade discursiva que serve para justificar a escolha de um posicionamento. É por meio da prova que o EUC assegura a validade de sua posição e, ao mesmo tempo, dá a TUD os meios para julgá-lo. Em vistas disso, EUE usa como estratégia um vídeo no qual Dilma Rousseff discursa, prova irrefutável da realidade tal como é. Com a visada de demonstração, EUE estabelece uma verdade e mostra provas para que TUD tenha condições de avaliar a verdade que lhe é apresentada.

Nesse sentido, Charaudeau (2008b) diz que a prova é mais da ordem do irrefutável, enquanto o argumento é mais da ordem do discutível, de um saber relativo. Entretanto, certos argumentos se apresentam como irrefutáveis. São esses sobre os quais EUE trabalha para construir a imagem de Dilma como incapacitada intelectualmente e não digna de confiança, ao mesmo tempo em que ele encarna o *ethos* de um baluarte da verdade, um revelador de quem é Dilma Rousseff.

EUC constrói seu *ethos* afirmando uma identidade de sujeito crítico e comprometido com a verdade: “mas aí eu não seria eu, né?”, “Como sou quem sou e como se trata de um discurso sobre a verdade, então vamos lá.” (Figura 2).

Outra estratégia é comentar cada fala de Dilma, selecionada por EUE na construção de um mosaico citacional constituído de destacamentos, chamados por Maingueneau (2014) de *aforização*, isto é, um enunciado destacado que deixa de ser um fragmento de um texto para integrar um regime de enunciação específico. EUC, sob a máscara de EUE, atua como aforizador, constrói o *ethos* de “um homem autorizado, afirma valores para a coletividade. Ele não apenas *diz*, mas também *mostra que diz*” (MAINGUENEAU, 2014, p. 28).

É, então, que, em contraposição a essa sua imagem de homem da verdade, são relacionados, por contiguidade, SAdj com valores negativos a Dilma Rousseff.

- (1) rede *suja*
- (2) regime *venezuelano*
- (3) governos *autoritários*
- (4) grupos *terroristas*

(5) ataques *terroristas*

Em (1), EUC denuncia o PT de ir contra a liberdade de imprensa; em (2), o Brasil é associado negativamente aos governos da Venezuela, iniciado com o presidente Hugo Chávez e seguido por Nicolás Maduro, qualificados como autoritários; em (3), Dilma é associada a ações terroristas pela evocação de seu passado. Estrategicamente, são selecionados itens lexicais que moldam uma imagem para Dilma de uma representante não comprometida com a verdade e com a democracia e, portanto, sem credibilidade para falar sobre tais temas em um discurso sobre o dia 31 de março de 1964.

A ordenação dos adjetivos de (1) a (5) é N+Adj e revela uma atitude classificativa e avaliativa de EUC na função de descrever N negativamente.

Temos que considerar também que o texto “fala” visualmente, tanto pelas cores utilizadas em seus trechos, quanto pela disposição do vídeo no início do artigo, intencionalmente aí colocado para chamar a atenção de TUD e direcionar a sua leitura para os comentários que o seguem.

A autoria das falas é marcada por duas cores: vermelha e azul. No imaginário social político, o vermelho é associado à esquerda, ao socialismo, ao comunismo, e, no Brasil, ao Partido dos Trabalhadores, enquanto o azul é associado à direita. EUC se coloca alinhado à direita, marcando a sua fala com uma cisão ideológica representada, visualmente, pela cor azul – que simboliza, também, a liberdade – e que se opõe à de Dilma Rousseff, cuja fala está destacada em vermelho. Existe uma tradição do uso da cor vermelho por Veja (desde a sua versão impressa), segundo Guimarães (2000), cujo estudo mostra que, quando usada predominantemente, vincula-se à ruptura da ordem social.

Remontando à Figura 1 (intencionalidade informativa do texto visual), pela disposição visual do texto, EUC se compromete a *fazer-ver* a TUD que existe um elemento de distinção no texto (as cores azul e vermelha), que funciona, em seu projeto de intenção, como um *fazer-dever-ver* que suas opiniões não se alinham com as de Dilma Rousseff. Para tal, ele vai provar e comentar o porquê, a fim de que TUD acredite na veracidade de suas análises.

Vimos, portanto, que o *ethos* construído de EUC (*Veja*) é de um sujeito revelador da verdade – fiel ao “título imperativo de Veja, que põe em destaque sua vocação reveladora e fiscalizadora” (BENITES, 2011, P. 123) – que tem o olho vivo no discurso de Dilma, cuja imagem é construída como um sujeito não somente digno de confiança, devido à sua associação com governos não democráticos e ao seu passado de guerrilheira, mas, também, incompetente para governar – associando essa inabilidade a uma linguagem atrapalhada que “indica” que a presidenta não pensa direito.

No exemplo (2) - em que o adjetivo *venezuelano* do SAdj *regime venezuelano*, numa leitura encapsulada no sentido de língua, seria objetivo, já que se refere a um país – EUC associa um valor negativo ao SAdj, que ativa um sentido outro, o de discurso, no qual se revelam as identidades dos sujeitos de linguagem. Como bem explica Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 119), os adjetivos subjetivos avaliativos axiológicos aplicam ao

objeto denotado pelo substantivo que determinam um juízo de valor, que pode ser positivo ou negativo, evidenciando uma tomada de posição, por parte de EUe, a favor ou contra o objeto referenciado, a qual só pode ser compreendida por TUi se entrar no jogo interdiscursivo proposto por EUe e recuperar a situação em que a enunciação é produzida (TUd, então, seria atingido pelo projeto de intenções de EUe).

Ainda analisando(2) especificamente – e os demais SAdj de (1) a (5) –, EUe atribui um valor negativo ao objeto denotado pelo substantivo *regime*, mostrando-se contrário ao que ele representa na situação comunicativa, a saber, o governo venezuelano e, por associação, Dilma Rousseff. Essa leitura e interpretação só podem ser feitas se for entrelaçado o sentido de língua ao sentido de discurso, renovando o sentido do texto.

2. Dilma é incapaz de pensar e, portanto, de se expressar linguisticamente:

Fonte: *VEJA*, 2014



Coluna do Augusto Nunes

[Home](#) | [Direto ao Ponto](#) | [História em Imagens](#) | [Entrevista](#) | [Baú de Presidentes](#) | [Sana](#)

13/03/2014 às 19:30 \ [Direto ao Ponto](#)

Dilma Rousseff, a serial killer das letras, continua vilipendiando Nelson Rodrigues

Transcrevo a mensagem que recebi do jornalista Celso Arnaldo Araújo (AN):

Ainda impunemente, embora seja uma serial killer das letras, Dilma continua vilipendiando Nelson Rodrigues, ao atribuir a ele frases que não seriam cunhadas por Tiririca — e que, na verdade, são gerações espontâneas de uma mente tosca e deformada que ela, delirantemente, obsessivamente, vem colocando na conta do grande cronista e frasista irretocável.

O falso Nelson de hoje é ainda mais espantoso que as contrafações anteriores de Dilma Rodrigues. Até quem tenha tido contato com textos de Nelson apenas ontem à noite, folheando a esmo numa estante de livraria qualquer uma de suas obras, perceberá num estalo que ele nunca escreveria algo tão troncho quanto o que lhe foi creditado hoje pela iletrada presidente.

Mas, por via das dúvidas, como faço sempre, consultei meu amigo Ruy Castro, seu biógrafo, que releu e organizou tudo o que Nelson escreveu, para a fabulosa coleção publicada pela Cia. das Letras ao longo de anos. A resposta de Ruy, carregada de assombro, não levou minutos e confirma o que já parecia óbvio:

"Mais uma do Nelson que a Dilma me ensina. Que textos do homem ela andará lendo e que me escaparam em exatos 59 anos como leitor dele?"

Bem, você está curioso para conhecer mais essa frase-fantasma de Nelson Rodrigues criada em regime de ectoplasma verbal pela única usuária do dilmês no mundo? Ei-la, tartamudeada hoje à tarde, numa cerimônia em Brasília para anúncio de concessão de lotes de rodovias federais — claro que instantaneamente incorporada à consulta do Google, pois grosseiramente atribuída a Nelson sem nenhuma checagem por parte da mídia:

"Eu aproveito e uso de uma imagem feita pelo grande Nelson Rodrigues que dizia que os pessimistas fazem parte da paisagem assim como os morros, as praças e os arruamentos".

Se Nelson tivesse "feito" essa imagem, não teria sido grande. Ele só "disse" isso através de Dilma. E entre nós: você pode sequer imaginá-lo escrevendo arruamento?



Tags: Celso Araldo, Dilma Rousseff, dilmês, Nelson Rodrigues, Ruy Castro

Figura 3 – A *serial killer* das letras

Destacamos os seguintes sintagmas adjetivados do artigo apresentado:

(6) serial killer *das letras*

(7) gerações *espontâneas*

- (8) mente *tosca e deformada*
- (9) frasista *irretocável*
- (10) *iletrada* presidente
- (11) regime de *ectoplasma verbal*

O EUE acusa Dilma Rousseff de assassina da língua portuguesa e desrespeitosa da autoridade jornalística e literária Nelson Rodrigues, representante do baluarte das letras e “frasista irretocável”. A impune Dilma não comete apenas um, mas dois crimes, de acordo com o EUE: assassina a língua portuguesa e cita Nelson Rodrigues inequivocamente com suas frases criadas sem pensar, por “gerações espontâneas”. A gravidade criminal de Dilma é tamanha que ela atribui a Nelson Rodrigues frases que nem Tiririca diria (conhecido por ter sido submetido a um teste de alfabetismo quando eleito deputado federal), o que só confirma, segundo EUE, que somos governados por uma “iletrada presidente”.

Mais uma vez, a incompetência linguística de Dilma é tratada como problema congênito, pois ela tem uma *mente tosca, deformada, delirante*. A irônica personificação de Nelson em *Dilma Rodrigues* é defendida com um argumento de autoridade pela consulta que EUC faz ao biógrafo do escritor, de quem é leitor há 59 anos, revelando a astúcia investigativa e reveladora de *Veja*, que foi o único meio de comunicação a não atribuir a frase de Dilma a Nelson, que circulou “sem nenhuma checagem por parte da mídia”. EUE, por essa afirmação, uma vez mais cria um *ethos* para *Veja* de revista confiável e credível.

O “*regime de ectoplasma verbal*” é empregado por EUE para mostrar o *nonsense* da fala de Dilma, que não encontra respaldo em obra alguma de Nelson. EUE incita TUD a conhecer a citação de Dilma em dilmês, agindo como um elucidador da fala da presidenta para o leitor. Para comprovar o que diz e contribuir para a circulação da imagem de Dilma como sujeito iletrado e debilitado, EUC disponibiliza um vídeo que mostra o momento do discurso em que Dilma se refere a Nelson Rodrigues, como prova de veracidade.

Dos seis SAdj destacados, apenas um, o (10), foi construído na ordem A + N, em função julgadora, justamente aquele atribuído a Dilma Rousseff, que é representada como alguém que não domina a língua portuguesa e não consegue, pois, fazer uso dela para se expressar.

EUE desenvolve toda a sua argumentação sobre a inabilidade linguística e a debilidade cognitiva da presidenta Dilma Rousseff para culminar na prova irrefutável de sua tese, que é o vídeo no qual Dilma discursa citando Nelson Rodrigues.

A recitação e a reapresentação de uma palavra em diferentes contextos representam socialmente um conceito que se cristaliza. A recitação e a reapresentação do dilmês como uma língua exclusivamente falada por Dilma estratificam na memória coletiva dos leitores de *Veja* a ideia da inabilidade linguística da presidenta. Um traço essencial das representações sociais é o seu poder de influência. Elas são postas em circulação pela linguagem em um processo interativo entre os colunistas (EUC) de *Veja* (EUE) e os leitores da revista (TUD), criando, então, para Dilma a imagem de que ela “fala mal porque pensa errado”.

EUE procura satisfazer a visada de informação, ao informar que Dilma discursa mal ao usar inapropriadamente a fala de outrem e ao dar provas disso com um vídeo, e a visada de incitação, fazendo TUD acreditar nessa imagem de Dilma recortada nesse mesmo vídeo.

No SAdj (6), EUE estabelece com a locução adjetiva *das letras* uma relação de natureza irônica e julgadora com o referente *serial killer* (que se refere a Dilma). Não fosse a situação comunicativa e atendo-se, apenas, ao sentido de língua, *das letras* poderia ser classificado como uma locução adjetiva objetiva. Entretanto, a personificação de *das letras*, como vítima da ação de uma assassina, dramatiza a situação alvo da crítica de EUE.

Em (8), o SAdj avalia a citação de Dilma como algo disforme e deformado verbalmente, ou seja, ela carece do estilo “irretocável” de Nelson Rodrigues e, logo, não se pode tratar de uma fala do escritor. Dilma é julgada negativamente duas vezes: por seu delírio obsessivo em citar erroneamente Nelson Rodrigues e por transmutar essa pseudocitação em um discurso ilógico.

EUE apresenta estrategicamente o discurso de Dilma Rousseff (usando como prova de realidade um vídeo, por seu caráter indicial), para estabelecer a relação *pensamento – linguagem – (in)competência para governar*, a fim de que TUD creia que a qualidade da imagem de um político se constrói pela sua capacidade comunicativa. Como Dilma reiteradamente não demonstra ter essa qualidade, sua imagem é construída por *Veja* como a de um político incapaz de se expressar e, como consequência direta, incapaz de ser uma governante eficiente para o Brasil.

A reiteração das falas de Dilma como um “delírio” e o conhecimento que EUC mostra ter sobre a obra rodriguesana atuam, também, no campo da polarização linguística, pela crítica à falta de conhecimento gramatical e literário por parte de Dilma. Como assevera Lucchesi (2015),

A mídia conservadora, controlada pelos grandes grupos econômicos, não perdeu a oportunidade para alardear os supostos fracassos da diplomacia dos governos de Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, taxando-a de *amadora*, *imprópria* e até *desastrada*. (...)

Não é à toa que o discurso da correção gramatical obedece à mesma lógica do discurso do combate retórico à corrupção nos governos do PT. Não tem qualquer efeito prático, servindo apenas como um oportuno instrumento retórico para desqualificar ou desgastar politicamente o adversário, quando isso é conveniente. Nesse sentido, o purismo gramatical sustenta-se e renova-se também em outro aspecto da cultura e da política do país (LUCCHESI, 2015, p. 195).

EUE cria um *ethos* de sujeito culto, utilizando-se de uma linguagem do poder na qual a única norma válida é a culta. Dilma é a responsável por deturpar a língua – a ponto de haver criado uma para si, o dilmês – porque o seu pensamento é sem forma, sem consistência, é caótico (“deformado”, “ectoplasma”).

É incontestável que há aí uma disputa ideológica que se materializa linguisticamente na oposição entre a “norma” de *Veja* e a “desordem” de Dilma. A desordem de Dilma representa a desordem do seu governo e do país. Dilma (e o PT)

representam socialmente outra cultura, popular, que ganha espaço no imaginário coletivo com a sua ascensão no plano concreto e simbólico, enquanto *Veja* (EUE) se opõe a essa renovação cultural pela manutenção de um discurso conservador, autoritário, irônico, burlesco recorrendo ao conhecimento do saber literário de uma elite letrada.

5. Considerações finais

A abordagem discursiva sobre o uso dos adjetivos revela, em primeiro plano, o uso da língua que *Veja* faz em situações reais de uso, ou seja, como o sujeito enunciador, ao desejar exercer influência sobre outro(s), toma posicionamento em função das escolhas linguísticas que organizam seu enunciado.

Um meio de comunicação como *Veja* deveria cumprir a premissa básica de informar seus leitores sobre o quadro político brasileiro fazendo análises que apresentassem dados apoiadores de seu posicionamento. O gênero artigo de opinião apresenta os valores em que *Veja* acredita e os quais defende, e é pelo discurso que eles são expressados, buscando influenciar seus leitores.

As escolhas lexicais na tessitura do discurso de *Veja* não são ingênuas e revelam o imaginário que a revista tem sobre a política brasileira pela seleção de adjetivos que, no sentido de discurso, são empregados de forma estereotipada, simplificando a realidade descrita em uma argumentação que explora uma imagem negativa – e até caricatural – da presidenta Dilma Rousseff como uma representante incompetente e sem credibilidade para governar o Brasil.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Edueba, 2004.

AZEVEDO, Reinaldo. O discurso de Dilma sobre o 31 de Março tem de tudo: até coisas certas! Ou: Erros, omissões, mistificações. Ou ainda: A etimologia atrapalhada da companheira. *Veja*. Atualizado em 16 dez 2015. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-discurso-de-dilma-sobre-o-31-de-marco-tem-de-tudo-ate-coisas-certas-ou-erros-omissoes-mistificacoes-ou-ainda-a-etimologia-atrapalhada-da-companheira/>. Acesso em 16 dez 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

BENITES, Sonia Lopes. VEJA essa: destaque e comentário. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

CALLOU, D., M. F. Bacelar do Nascimento, C. Serra, A. Barbosa, F. Barreto, R. Amaro, L. S. Pereira, A. Mendes e R. Veloso (2003) "Sobre a posição do adjetivo no sintagma nominal: séculos XIX e XX", In: BRANDÃO, S. F. e M. A. MOTA (orgs.) *Análise Contrastiva de Variedades do Português: Projecto de Pesquisa Luso-Brasileiro em Curso*, Rio de Janeiro, In-Fólio, pag. 11-35.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo; PIRES, Sueli; CRUZ, Amadeu Roselli; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 1999.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

_____. *Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux*. In: BOYER, Henri (Dir.). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. L'Harmattan: Paris, 2007.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia M. P.; MACHADO, Ida L.; EMEDIATO, Wander (Orgs.). *Análise do discurso hoje*. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. L'argumentation dans une problématique d'influence", *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 1/2008, mis en ligne le 2 de octobre 2008b. Disponível em: <http://aad.revues.org/193>. Acesso em 8 dez 2015.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*.

Buenos Aires: Edicial, 1986.

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: _____; XAVIER, A. C. S. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 15-80.

MIRALLES, Ana María. *El miedo al disenso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2011.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M. et al. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MONNERAT, Rosane S. M. A dimensão simbólica na construção da palavra publicitária. In: *I Simpósio Internacional de Letras Neolatinas*, 2005, Rio de Janeiro. I Simpósio Internacional de Letras Neolatinas - Entre moinhos e livros: audácias e impasses da modernidade: Programa & Resumos, 2005. p. 102. Acesso em 25 fev. 2016.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.

_____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2012.

NUNES, Augusto. Dilma Rousseff, a serial killer das letras, continua vilipendiando Nelson Rodrigues. *Veja*. Atualizado em 16 dez 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/dilma-rousseff-a-serial-killer-das-letras-continua-vilipendiando-nelson-rodrigues/>. Acesso em 16 dez 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SERRA, Carolina R. *A ordem dos adjetivos no percurso histórico: variação e prosódia*. 2005. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Suelen S. *A ordem dos Adjetivos no discurso midiático: séculos XIX e XX*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.